



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**90**

*Discurso em solenidade com estagiários  
da Escola Superior de Guerra*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 26 DE JUNHO DE 1995**

*Senhor Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Benedito Onofre Bezerra Leonel; Senhor Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General-de-Brigada Alberto Mendes Cardoso; Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Masao Kawanami; Senhores Estagiários; Senhoras; Senhores;*

Apraz-me receber esta delegação de membros do corpo permanente e de estagiários da Escola Superior de Guerra e constatar a elogiável mescla de civis e militares que a compõe. Isso avalia uma integração indispensável, dada a natureza e os altos estudos levados a efeito em seus cursos.

Os senhores estão iniciando uma viagem que os levará ao fantástico Brasil amazônico, que hoje sintetiza a conscientização nacional da necessidade de preservação do ambiente no processo do desenvolvimento.

Essa postura cultural foi, inclusive, formalizada pelos governadores da região na Carta de Manaus, em abril, quando tive oportunidade de visitar pessoalmente a Região Amazônica e perceber, diretamente, a mudança cultural que se realizou, pelo menos, nas lideranças daquela região, as quais valorizam, cada vez mais, um desenvolvimento harmô-

nico e sustentável que, ao preservar a natureza, não se descuide dos homens que lá habitam.

Verificarei os senhores, nos contatos pessoais com empresários, políticos e militares, que os gigantescos desafios geográficos estão sendo enfrentados com o mesmo idealismo, determinação e patriotismo que nortearam os que envolveram a Amazônia com nossas fronteiras e a consolidaram como irreversivelmente brasileira.

Ali estão, em andamento ou em vias de serem iniciados, alguns projetos ambientais, como o das reservas extrativistas, o de política de recursos naturais, o demonstrativo de desenvolvimento sustentável e o de regularização fundiária, proteção e conservação das terras indígenas.

Além deles, há a realidade de Carajás, a hidrelétrica de Samuel, a expansão – que eu já autorizei – da refinaria de Manaus, as obras já determinadas para a concretização da hidrovia Araguaia-Tocantins e vários outros projetos, programas e atividades, governamentais e privadas, que dão dinamismo à região e lhe garantirão sua integração total à economia do País.

Ainda agora, no mês de julho, a convite do Presidente Caldera, Presidente da Venezuela, assistirei às festividades da data nacional venezuelana, em Caracas. E lá pretendo ir acompanhado do Ministro de Minas e Energia, além de outros Ministros, inclusive o do Exército, porque nós estamos examinando as alternativas de fortalecimento da matriz energética da Amazônia. E uma das possibilidades é, precisamente, a da utilização da energia do Guri.

Mas isso não pode ser excludente de outras possibilidades, e, provavelmente, nós teremos que conciliá-las com a utilização das reservas de gás de Urucu e de Juruá, de tal maneira que possamos ter, num horizonte de prazo não remoto, resolvida esta questão que é bastante angustiosa, a da energia da Região Amazônica.

E isso é apenas parte do que encontrarão na Amazônia, que fiz questão de mencionar para destacar, que, independentemente das restrições conjunturais aos investimentos, ela, como, ademais, o restante do Brasil, pulsa forte e progride.

Não se trata, ainda, do progresso que projetamos para os próximos anos e que alavancará o País para a sua nova inserção na economia mundial e propiciará meios para a promoção da justiça social. Os senhores são informados e sabem que este início de caminhada tem sido, em muitos momentos, desbravador e preparatório.

Sem querer ser didático, e à guisa de cooperar com os seus trabalhos durante o curso, esboçarei a seguir algumas idéias sobre a política governamental interna, planejada e em execução. Elas podem ser adaptadas ao método em uso na ESG e ajudá-los, realisticamente, na sua formação para as funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento de alto nível.

O diagnóstico que fiz, há vários anos, permitiu-me concluir que o Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto, socialmente injusto, onde a enxada, o trator e a máquina industrial e o computador fazem mais do que simbolizarem a existência de formas de produção das três ondas da história da humanidade: determinam quase que três civilizações convivendo no mesmo espaço político brasileiro, com profundas e inaceitáveis diferenças sociais. Logo, no campo interno, estabelecer a justiça social passou a ser o objetivo síntese do meu Governo e o farol de minha política interna. Eu diria mais: não se trata de um objetivo de governo; é um anseio nacional, é uma aspiração de todo o País, tão preponderante, que tem balizado até mesmo decisões de política externa, quando nessa área surgem ameaças às estratégias que visam à sua concepção.

Dentre as principais causas das gritantes distorções sociais, destacam-se os grandes problemas econômicos estruturais, por todos conhecidos e sentidos; os graves vícios das relações do Estado com a sociedade; instituições políticas de certo modo inadequadas para o enfrentamento oportuno e eficaz dos desafios nacionais e um Estado desvirtuado em suas destinações e, consequentemente, mal dimensionado. Assim, os caminhos para aquele verdadeiro objetivo nacional têm de passar obrigatoriamente pela eliminação dessas causas, o que fez gerar três objetivos intermediários que definem uma primeira fase da ação governamental global. São eles: primeiro, a estabilidade da economia;

segundo, as reformas sociais, econômicas e políticas – esta última a cargo do Congresso –; e, terceiro, a reforma do Estado.

As estratégias para atingi-los estão consubstanciadas no Plano Real, prestes a completar seu primeiro ano, e nas propostas de emendas constitucionais já apresentadas ou por serem encaminhadas ao Legislativo.

Apraz-me reafirmar que, depois de um ano de plano de estabilização, conseguimos manter o nível de inflação sob controle; e, ainda recentemente, o Ministro da Fazenda aludiu a que a inflação somada dos seis primeiros meses deste ano de 95 é o equivalente a algo menos do que uma semana do mês de junho do ano passado. Conseguimos manter a inflação ao redor de 10% nos seis primeiros meses deste ano – e 10%, no ano passado, era alguma coisa que se alcançava, em termos de inflação, em poucos dias. Não digo isso para cantar loas a vitórias que ainda estão em marcha, mas para motivar-nos a continuar nesse caminho. E também apraz-me dizer que, das reformas enviadas ao Congresso, a resposta do Congresso foi mais rápida do que eu mesmo podia imaginar. E essas reformas foram enviadas com senso de equilíbrio. Não se trata, como muitos apregoam, de desmantelar isso ou aquilo. Ao contrário, trata-se de agregar dimensões novas àquilo que a nossa geração e as gerações passadas já conseguiram, mas que, com o decorrer do tempo, essas conquistas passadas necessitaram e necessitam de um aprofundamento, de um desdobramento, e, muitas vezes, de reformas que são profundas.

Todavia, a ação governamental não se limita, nesta etapa, a medidas preparatórias para a fase subsequente. Se, por um lado, buscam-se mudanças efetivas e duradouras, pelo outro são executadas ações imediatas de resposta às consequências sociais e econômicas do quadro que lhes descrevi, apesar de sua natureza tática e, em vários casos, até emergencial. Procura-se dar a essas ações uma consistência tal que lhes permita inserir-se nas estratégias de consecução dos objetivos das próximas fases. São exemplos as desapropriações para reforma agrária e a distribuição de títulos de propriedade de terra, em andamento. E apraz-me dizer que – o Ministro da Agricultura coincidentemente está aqui – nós fizemos uma desapropriação bastante ambiciosa no começo do

Governo, para mantermos viva a meta de assentar 40 mil famílias no decorrer do ano. Não é fácil, sabemos que historicamente nunca se conseguiu assentar mais que 20 mil famílias num ano. Mesmo assim, estamos caminhando nessa direção.

A expansão da área agrícola irrigada e a atenção especial aos pequenos produtores no refinanciamento de suas dívidas também são exemplos. É indiscutível que, em certas áreas, só a irrigação permitirá a mudança qualitativa das condições de vida da população. Em cada hectare de terra irrigada, pode-se multiplicar por quatro a cinco os empregos; onde antes uma pessoa trabalhava, quatro a cinco trabalharão. E a terra irrigada requer um desenvolvimento tecnológico mais avançado: as culturas tradicionais não rendem o suficiente para pagar os custos da irrigação. Então, isso eleva qualitativamente o patamar necessário para a condução consequente da irrigação. É o que estamos fazendo.

No que diz respeito ao refinanciamento da dívida, matéria que tem sido objeto de tantas alusões nos jornais e de tanta discussão no Congresso da República, quero lhes esclarecer que, talvez pela primeira vez, nós demos um passo muito audacioso, não apenas de pré-fixar a taxa de juros para os produtores rurais, o que, na prática, significa ou pode significar até mesmo juros negativos – portanto, peso sobre o Tesouro da República –, mas mais importante do que isso é que, para aqueles que utilizam apenas 30 mil reais de crédito, que são os pequenos, realmente pequenos, nós criamos uma espécie de crédito rotativo, em que o produtor recebe na sua conta o crédito de 30 mil reais, mas sobre esse crédito não pesam juros, senão sobre a porção que ele efetivamente utiliza, de tal maneira que ele possa, permanentemente, ir pagando, se o desejar. E terminamos a limitação que havia, de que esses 30 mil reais seriam dirigidos a uma só tipo de atividade – por exemplo, ao custeio direto do plantio.

Ele poderá, se assim o desejar, comprar uma enxada ou um instrumento de produção. Ou seja, dentro das limitações e normas que os senhores sabem tão bem quanto eu, do Tesouro da República, nós estamos procurando aliviar as pressões na base da sociedade. E como, naturalmente, os que não estão na base, estão no topo, são os que têm maior

ressonância nas suas vozes, o País pensa sempre que os nossos problemas são os problemas daqueles que estão no topo; e, quando não se resolvem os do topo, dá-se a impressão de que a base não está sendo atendida, quando efetivamente o Governo está voltado para resolver os problemas na base da sociedade, seguindo, nos exemplos de medidas de natureza tática – e, como disse, às vezes até emergencial, mas que vão na consecução dos objetivos propostos –, eu digo, a luta tenaz pela geração de recursos para a área da saúde e a implementação de uma clara política de prevenção da mortalidade infantil.

Permito-me aqui uma nova consideração. Peço desculpas por ocupar-lhes tanto tempo e sair do *script*, mas acredito que é importante o País sentir o esforço que está sendo feito nessas áreas. Na área da saúde, que é crucial para o Brasil – tão importante quanto a questão da atenção à agricultura –, os esforços são enormes.

Enquanto fui Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, nós pagávamos, em média, por mês, aos hospitais e ambulatórios, não à saúde, que gasta muito mais do que isso, por volta de 350 milhões de reais.

Neste ano, nós estamos transferindo, agora, 600 milhões de reais para o pagamento de hospitais e ambulatórios. No passado recente – e não o estou criticando, eu era Ministro do Governo e fazíamos o que era possível –, a inflação em média era de 20% a 25% ao mês, chegando no final a 50%, e os hospitais recebiam com atraso de três a quatro meses. Imaginem os senhores as consequências danosas para a administração dos hospitais de receberem seus recursos com uma inflação galopante e com atraso enorme. O Ministro Jatene conseguiu colocar em dia o pagamento aos hospitais, e, agora, este mês, estamos colocando em dia o pagamento aos ambulatórios. São esforços que se fazem. Não são suficientes; num país como o nosso, injusto, como eu disse, nunca nada é suficiente, sempre quem demanda tem razão e sempre o demandado, que em geral é o Estado, fica sem ter recursos para atender às demandas e tem que estabelecer uma ordem de prioridade. Certamente, não se resolverão os problemas da saúde do povo somente com o pagamento de ambulatórios e de hospitais, mas são partes importantes que o Ministro Jatene conseguiu colocar na ordem dia e nós estamos equacionando.

O outro programa, noutra direção, é o de combate à mortalidade infantil. Dentro do quadro do Programa Comunidade Solidária já foram selecionados pelo Ministro Jatene e pelo Ministério da Saúde cerca de mil municípios do Brasil e, entre esses mil, aqueles mais pobres, que são objeto direto do Programa Comunidade Solidária. Nesses, nós vamos iniciar – já iniciamos – um programa concentrado de combate à mortalidade infantil. Por que a mortalidade infantil? Porque, para combater a mortalidade infantil, é necessário o cuidado com a nutrição, o cuidado com a gestante; a atenção dos agentes comunitários de saúde a toda a família, inclusive à mãe e aos irmãos; ao saneamento básico, à água encanada. Só quando se resolve em conjunto esses problemas é que se tem uma queda persistente da mortalidade infantil. E a nós parece que, embora os resultados de um programa dessa natureza só venham a aparecer daqui a quatro e, quem sabe, cinco, seis anos – o que importa? não se trata do Governo Fernando Henrique, trata-se do Brasil, e o Brasil vai durar muito mais que qualquer governo –, então, nós tomamos a decisão de concentrar nossos esforços nessa matéria, e esses programas já estão deslanchados.

Por outra parte, a articulação com o Poder Judiciário, os estados e municípios na ação contra o crime e a violência, matéria da maior sensibilidade e de enormes dificuldades; não é responsabilidade direta do Governo da União cuidar do crime e da violência, porque são matérias afetas aos estados e, às vezes, aos municípios. Mas seria irresponsável se o Governo da União fechasse os olhos a uma realidade dramática do Brasil dos nossos dias, que é o aumento da violência, mesmo em cidades como Brasília.

Não há soluções mágicas. Os senhores, os que forem das Forças Armadas, que já participaram de alguma ação, sabem disso. A ação prestante das Forças Armadas foi muito eficaz, num dado momento, para mostrar que existe Estado, que existe respeito à autoridade pública. Mas só o reaparelhamento das polícias é que resolve essa questão. Isso é um processo lento, é um processo que requer melhoria da qualidade da informação, combate à corrupção, treinamento. Exige também uma articulação com o Judiciário e com o Legislativo, para que as leis

não sejam demasiado frágeis na defesa do interesse da sociedade e benéficas para aqueles que são criminosos; e exige também a construção de um sistema penitenciário mais adequado. Nós estamos nessa direção, sobretudo no Rio de Janeiro.

O Programa Comunidade Solidária, no combate à fome e à pobreza absoluta, compreende ações nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e outras.

Aqui é preciso que se entenda bem. Comunidade Solidária não é um programa isolado no Governo, nem se trata do Conselho da Comunidade Solidária, que é uma coisa à parte do Governo, que reúne pessoas da sociedade e que apenas vai facilitar a compreensão por parte da sociedade e suscitar o apoio da sociedade para os programas de governo.

No Comunidade Solidária, existe uma Secretaria Executiva ligada à Casa Civil, que é uma articulação que se faz entre os vários Ministérios para que, na área social, se obtenha resultados mais imediatos e recursos mais concatenados. Não se trata de uma ação à parte do Governo: é como se focaliza o problema da miséria, da pobreza. Os instrumentos de governo, sejam do Ministério da Agricultura, sejam da Saúde, da Educação, das Forças Armadas ou de onde sejam, estão articulados para a prestação dos serviços naquelas regiões, que são regiões de concentração da pobreza.

Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer aos senhores, que vão desempenhar funções tão importantes no Brasil, que isso tudo faz parte da reforma do Estado. Reforma do Estado não é um ato do Presidente da República nem uma lei do Congresso. É muito mais do que isso. É uma mudança de mentalidade e é uma mudança da maneira pela qual o Estado se organiza para prestar serviços à sociedade.

Muitas vezes, vejo que, quando se lê “reforma do Estado”, entende-se logo alguma coisa com os funcionários – e, em geral, quando há má-fé, *contra* os funcionários. Ninguém pode fazer reforma do Estado contra funcionário, se funcionário é o esteio do Estado. O que tem que fazer é outra coisa. O que tem que fazer é modificar as nossas próprias práticas.

Utilizando-me do exemplo do Comunidade Solidária, quero chamar a atenção para este fato: nós estamos reformando as práticas do Estado.

O Governo tomou uma decisão dificílima, que foi a de fechar dois Ministérios que tinham, aparentemente, a condição de serem os instrumentos da ação do Governo justamente na área social e na área das populações das regiões mais carentes, que eram o Ministério da Integração Regional e o Ministério de Bem-Estar Social.

Por que fizemos isso? Porque esses Ministérios tinham sido desvirtuados pelas práticas político-administrativas e se tinham transformado em balcões. Num deles, o da Integração Regional, houve momentos em que as verbas para construção de estrada eram maiores do que no Ministério dos Transportes. Qual era o critério a que isso atendia? O do clientelismo ou da pressão política para colocar-se uma emenda no Congresso.

Então, as verbas não eram liberadas, mas eram destinadas, pontilhadamente, para uma estrada. Um pedacinho da estrada se asfalta, no outro não, porque não tem um deputado que possa atender àquela região, ou não tem o prefeito, ou a sociedade não se organizou para pressionar.

Isso criou um sistema que viciou as nossas práticas. Nós não queremos isso. Ao fechar esses instrumentos, estamos criando outros, a partir dos quais o que nós queremos é transferir para estados e municípios a ação direta de certas ações sociais, deixando à União a responsabilidade da transferência de recursos e da orientação técnica.

Com isso, de alguma maneira, aparentemente, a União perde poder. Poder? De clientela, de influência: "Eu libero esta verba, aquela não. Eu sirvo a este prefeito, àquele não. A esse deputado sim, àquele não." Mas isso é poder que não serve. Isso é poder para perpetuar injustiça. O poder que serve é para reorganizar tecnicamente o Estado, para que a sociedade possa ajudar o Estado a definir as prioridades e para que essas prioridades sejam atendidas não mais através de mecanismos de clientela e de falso poder, mas a partir de um mecanismo mais técnico, mais eficaz e com um espírito efetivo de solidariedade comunitária.

Então, a reforma do Estado é um conjunto de medidas. E isso que nós estamos aqui dando pontualmente, como um ou outro exemplo, tem a ver com uma meta fundamental, que é a reforma do Estado, que nós já estamos empreendendo, dentro do que podemos fazer.

Tal tem sido a ação governamental nesses seis meses. O apoio da Nação, a harmonia dos três Poderes e a articulação entre os níveis, municipal, estadual e federal de governo, permitiram que se atingissem as metas previstas para o período e que se conquistassem outras.

Na esteira do Plano Real, apenas com o controle da inflação, foram repassados cerca de 15 bilhões de reais para as mãos da população mais pobre. Apesar de auspicioso, isso ainda é pouco. Porém, sinaliza um futuro próximo de otimismo na direção da justiça social.

Ainda na reunião do Ministério, sábado passado, o Ministro da Fazenda insistia neste ponto: se quisermos ser consequentes com o objetivo de justiça social, nós temos que manter a inflação sob controle. Ao controlar a inflação, aquilo que era ganho pelo imposto inflacionário e se dividia entre o Governo, as empresas e os bancos passou para a mão da população mais pobre.

Por isso aumentou o consumo. E qualquer indicador que se veja, de consumo de trigo, de pão, de frango, de carne, qualquer indicador vai mostrar que houve um aumento enorme do consumo nas camadas mais pobres da população, porque houve a estabilização da moeda, e o salário, então, não é mais corroído. O pobre não tinha como se defender da corrosão inflacionária. Talvez a classe média alta pudesse economizar dinheiro, botá-lo no banco e vê-lo render algo para acompanhar a inflação, e os especuladores, mais do que a inflação; mas o povo, não. Então, com a estabilização, cerca de 15 bilhões de reais passaram para a mão do povo. E, quando se faz um aumento de salário mínimo, por pequeno que seja, como ele é real, como não se dissolve, não se derrete como sorvete por causa da inflação, esse aumento tem indiretamente repercussão na questão do aumento da alimentação da população mais pobre. Quando no Brasil foi possível comprar um quilo de frango a 86 centavos? Isso se fez porque o custo do milho também caiu, a agricultura pagou um preço alto por isso.

Então, é justo que o Governo agora olhe para a agricultura, porque ela tem que ser compensada também pelo esforço que fez, que significou um aumento da renda efetiva.

Percebe-se que o País já mudou – não pelos seis meses do meu Governo, eles são parte de um processo que começou com a tomada de

consciência, pela sociedade, de que as mudanças eram imperiosas – e vai mudar ainda em muito mais. E tudo nos indica que as nossas gerações aqui representadas neste salão terão orgulho de passar para as gerações seguintes um Brasil economicamente forte, politicamente sólido e, por ser socialmente justo, cada vez mais democrático.

Agradeço muito aos senhores e me desculpo por me ter estendido além do texto, mas acredito que o Presidente da República, quando pode, deve dizer ao País com sinceridade, com tranqüilidade, com a força das suas convicções, aquilo que está sentindo e pedir apoio, porque só juntos é que vamos mudar para melhor o Brasil.

Muito obrigado.